**Terras de Basto**

|  |  |
| --- | --- |
| **G:\fotos\mini ecopista.jpg** | **G:\fotos\_AFL0003.jpg** |
| **G:\fotos\Panorama Agunchos_Probasto.jpg** | |

**DLBC Rural das Terras de Basto [2014-2020]**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA**

**1.ª FASE – PRÉ-QUALIFICAÇÃO**

**(Concurso n.º 02/2014, de 16/11/2014)**

**FEVEREIRO|2015**

**Índice**

[A. Vertente do DLBC 4](#_Toc411683366)

[B. Tipologia e Limites do Território 4](#_Toc411683367)

[B1. Caraterização do território 4](#_Toc411683368)

[B2. Justificação para a tipologia e limites apresentados 5](#_Toc411683369)

[B3. Justificação para a inclusão de territórios de diferentes NUTS II 5](#_Toc411683370)

[C. Caraterização da Parceria e Modelo Organizacional 6](#_Toc411683371)

[C1. Denominação e entidade gestora 6](#_Toc411683372)

[C2. Constituição e caraterização da parceria 6](#_Toc411683373)

[C3. Modelo organizacional 6](#_Toc411683374)

[C4. Atividades realizadas 8](#_Toc411683375)

[C5. Experiência em matéria de gestão de instrumentos de política de desenvolvimento rural 8](#_Toc411683376)

[C6. Capacidade financeira, técnica e material 9](#_Toc411683377)

[D. Diagnóstico da Situação do Território 9](#_Toc411683378)

[D1. Diagnóstico atual 9](#_Toc411683379)

[D2. Análise SWOT 13](#_Toc411683380)

[E. Proposta de Estratégia e Resultados Esperados 19](#_Toc411683381)

[E1. Proposta macro de estratégia para o território 19](#_Toc411683382)

[E2. Contributos para os resultados esperados na prossecução do DLBC 30](#_Toc411683383)

[F. Processo de Envolvimento com as Comunidades Locais 39](#_Toc411683384)

[F.1. Participação dos parceiros na elaboração e execução da EDL 39](#_Toc411683385)

[F.2.Organização da parceria para assegurar as atividades de animação e acompanhamento da EDL 40](#_Toc411683386)

[F.3. Ações e instrumentos previstos para o acompanhamento e avaliação da EDL 42](#_Toc411683387)

[F.4. Ações de animação e promoção do território e meios para publicitação da EDL 42](#_Toc411683388)

**Índice de Anexos**

Anexo 1 – Listagem de Freguesias – Terras de Basto

Anexo 2 – Protocolo entre as ADL’s do Norte

Anexo 3 – Relação de Associados da Parceria

Anexo 4 – Acordo de Parceria Territorial – Terras de Basto

Anexo 5 – Minuta da Ata da Assembleia Geral

Anexo 6 – Protocolo com Aldeias de Portugal

Anexo 7 – Protocolo com Minho IN

Anexo 8 – Equipa Técnica Local

Anexo 9 – Caraterização das Entidades Parceiras

# Vertente do DLBC

No âmbito do concurso para a apresentação de candidaturas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (1.ª fase – Pré-qualificação), aviso n.º 02/2014, de 16/11/2014, a PROBASTO – Associação de Desenvolvimento Rural de Basto, atendendo à tipologia do seu território, candidata-se a uma **DLBC Rural**.

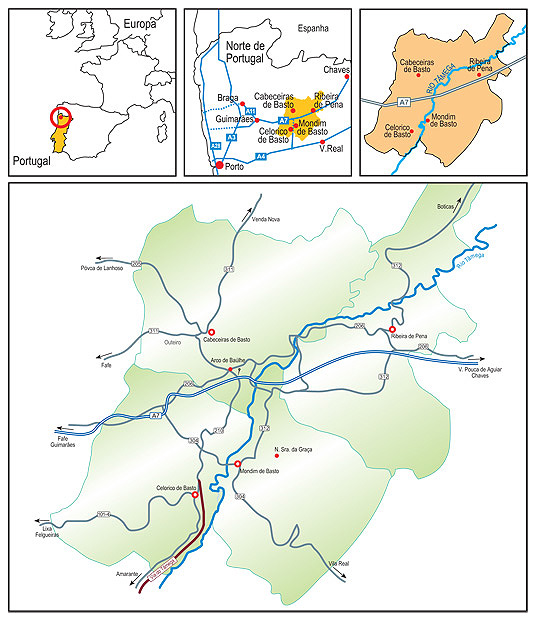
# Tipologia e Limites do Território

O território de intervenção proposto para a DLBC Rural é composto pelos quatro municípios das Terras de Basto: Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena, que abrangem 38 freguesias, todas rurais, com um total de 50.845 habitantes, conforme se pode comprovar no **anexo 1** ao presente documento.

## B1. Caraterização do território

Inserido na faixa de transição entre o Noroeste Atlântico e o Nordeste Transmontano o território de Basto engloba os concelhos de **Cabeceiras de Basto** e **Celorico de Basto** (Distrito de Braga), **Mondim de Basto** e **Ribeira de Pena** (Distrito de Vila Real), e abrange uma área total de 811,51 Km2, cuja homogeneidade das suas condições físicas permite identificá-lo como uma unidade diferenciada mas contígua. De acordo com os Censos 2011, este território apresentava uma população de 50.845 pessoas. O Mapa 1 que se apresenta evidencia o posicionamento das Terras de Basto.

**Mapa 1: Terras de Basto**



Estes quatro concelhos estão inseridos na Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT) III – **Alto Tâmega** (Ribeira de Pena), **Ave** (Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto) e **Tâmega e Sousa** (Celorico de Basto), e na NUT II – **Norte**.

O território de Basto é limitado por uma série de linhas de altura de relativa imponência. A Este, a Serra do Alvão; a Oeste a Serra da Lameira; a Norte as Serras do Barroso e Cabreira e a Sudoeste o Marão. Trata-se de uma zona de transição, situada entre as terras do Vale do Ave e Trás-os-Montes, confrontando a Norte com os concelhos de Vieira do Minho, Montalegre e Boticas; a Sul com Amarante e Vila Real; a Oeste com Fafe e Felgueiras e a nascente com Vila Pouca de Aguiar. Dista cerca de 90 km do Porto, 40 km de Guimarães, 50 km de Braga, 45 km de Vila Real e 70 km de Chaves.

## B2. Justificação para a tipologia e limites apresentados

Os concelhos que compõem as Terras de Basto apresentam caraterísticas identitárias comuns que conferem coesão a este território, assente em:

* **topografia**, já que o Tâmega constitui o eixo principal da área de Basto. A montanha é a marca dominante das paisagens: de relevo muito acidentado, predominam nesta área os terrenos em encosta, sendo os declives naturais frequentemente acentuados.
* **clima**, muito embora a diversidade de elementos climáticos existentes não permita uma identificação precisa do clima, pode afirmar-se que as Terras de Basto se inserem numa área de transição climática, limítrofe do litoral (onde domina a influência Atlântica) revelando-se como principais determinantes físicas as montanhas e os vales abrigados, grandes responsáveis pela diversidade das condições registadas e, ao mesmo tempo, proporcionadores de unidade territorial.
* **recursos hídricos**, dado que Basto possui uma rede densa de cursos de água de superfície, que cobre integralmente toda a área. O rio Tâmega, que atravessa de norte a sul as Terras de Basto, é um elemento aglutinador para o qual drenam os cursos de água com origem nos quatro concelhos de Basto;
* **marca “Basto”,** criada graças à iniciativa das instituições e dos agentes económicos que, desde cedo perceberam a importância do trabalho em parceria e em rede e se uniram na criação da Probasto, iniciativa que viria a contribuir decisivamente para a afirmação de Basto em contexto regional, por um lado, e para a criação de uma identidade que remete para um conceito territorial, por outro. Exemplo disso são as diversas iniciativas e empresas criadas em torno desta marca.

Tendo em conta o referido, e considerando que o território de Basto foi, no passado, sucessivamente, selecionado para implementação da abordagem LEADER, defende-se, para efeitos da gestão do DLBC a manutenção dos limites territoriais existentes, razão pela qual foi celebrado um protocolo de entendimento de não sobreposição dos diversos territórios entre todas as ADL’s do Norte (**anexo 2**).

## B3. Justificação para a inclusão de territórios de diferentes NUTS II

Não se aplica, uma vez que o território de Basto está incluído numa única NUT II - Norte.

# Caraterização da Parceria e Modelo Organizacional

## C1. Denominação e entidade gestora

A parceria denominada de Terras de Basto que aqui se candidata a um DLBC Rural, encontra-se já constituída e apresenta como entidade gestora a PROBASTO – Associação de Desenvolvimento Rural de Basto, que assumirá a gestão e coordenação do DLBC.

## C2. Constituição e caraterização da parceria

A parceriaTerras de Bastoé constituída por cinco agentes públicos e diversos agentes privados representativos da dinâmica socioeconómica que caracteriza o território. Estes agentes abrangem áreas de atuação diversificadas, designadamente, administração pública local, desporto, saúde e ação social, agricultura e floresta, setor empresarial, setor financeiro, turismo, caça e pesca, educação e formação. No **anexo 3** apresenta-se um quadro com todos os associados que constituem a parceria, com indicação do setor de atividade, número de associados, tipo de entidade e sede social.

Não obstante a existência da Probasto desde 1991, esta Parceria sofreu recentemente um alargamento da sua rede de parceiros, no sentido de garantir a representatividade de todos os setores. É importante referir que todos os associados se encontram ativos, possuem competências e capacidade demonstradas no terreno, bem como motivação necessária para levarem a cabo, com determinação, os resultados que se desejam alcançar com esta parceria. Prova disso está na celebração do Acordo de Parceria Territorial – Terras de Basto [2014-2020] que estabelece um conjunto de compromissos conducentes à conceção e implementação da estratégia do DLBC, tal como se pode consultar no **anexo 4**, e que foi aprovado na reunião da Assembleia Geral realizada no dia 9 de fevereiro do corrente ano (**anexo 5**).

## C3. Modelo organizacional

O modelo organizacional da PROBASTO, deriva do modelo organizacional vigente para efeitos da implementação da estratégia local de desenvolvimento preconizada no âmbito da gestão do sub-programa 3 do PRODER.

Assim, o modelo traduz-se na existência de quatro órgãos distintos:

**Assembleia-Geral** - órgão deliberativo onde têm assento todos os parceiros (associados);

**Órgão de Gestão –** coincidente com a assembleia geral que tem como função essencial deliberar sobre aspetos de gestão relacionados com o DLBC;

**Direção** - órgão executivo;

**Conselho Fiscal** - órgão fiscalizador/consultivo.

Em termos funcionais conta com uma estrutura técnica local, uma equipa multidisciplinar, que está sob a responsabilidade de um coordenador. O esquema seguinte ilustra o modelo organizacional atual.

**Esquema 1: Modelo organizacional da Probasto**



**Assembleia Geral**: corporiza a parceria sendo composta por vinte e oito parceiros (associados), cinco dos quais de natureza pública sendo os restantes de natureza privada. Esta assembleia reveste-se de primordial importância na medida em que, sendo as entidades representativas do tecido económico e associativo local, funcionam como um veículo privilegiado de ligação aos agentes do território e à comunidade. Este órgão tem como principal função a conceção e o acompanhamento da estratégia.

**Órgão de Gestão**: coincidente com a assembleia geral e tem como funções garantir a dinamização e gestão da EDL deliberando sobre aspetos relacionados com a DLBC.

**Direção:** órgão executivo composto por cinco parceiros, sendo quatro de natureza pública e um de natureza privada.

**Conselho Fiscal:** órgão fiscalizador/consultivo. Emite parecer sobre o plano de atividades e orçamento, relatório e contas, bem como relativamente a outros assuntos a pedido da direção ou da assembleia geral.

**Coordenação:** hierarquicamente, o coordenador é responsável, perante a Direção, pelo desempenho de toda a equipa técnica face aos objetivos traçados e aos compromissos de trabalho constantes nos Planos de Atividade e Orçamentos e outros instrumentos de planeamento.

**Equipa técnica:** cada técnico responde perante o coordenador pela execução das funções que lhe estão atribuídas. Dentro da estrutura orgânica, cabe à equipa técnica a gestão de programas de desenvolvimento rural, animação e promoção do território, aquisição de competências, cooperação nacional e transnacional na área do desenvolvimento rural e conceção e implementação de projetos de desenvolvimento rural e formação profissional.

**Serviços administrativos:** compete aos serviços administrativos prestar apoio administrativo aos órgãos dirigentes e aos demais serviços da Associação.

## C4. Atividades realizadas

Desde 1991, ano da sua constituição, que a Probasto desenvolve, via abordagem LEADER, atividades com vista ao apoio e implementação de projetos que promovem o desenvolvimento rural das Terras de Basto.

Para além da gestão dos Programas Leader, Leader II, Leader +, Centro Rural “Encostas do Tâmega” e sub-programa 3 do PRODER, a Probasto tem participado, simultaneamente, na implementação de vários projetos de cooperação, quer interterritorial, quer transnacional, nomeadamente:

* Projeto Aldeias de Tradição e Aldeias de Portugal **(anexo 6)**;
* Sementes de Futuro;
* 7 Maravilhas da Gastronomia;
* EQUAL “Parques com Vida” – deu origem à Associação Parques com Vida (APCV), estando a Probasto representada na Direção;
* Carta Europeia do Turismo Sustentável (CETS Alvão);
* Rota do Românico
* Marca NATURAL.PT – Plataforma Local de Operacionalização e Gestão (PLOG) da marca;
* MINHO IN (**anexo 7**)

Para além das atividades e projetos já referidos, a Probasto participa, individualmente ou em cooperação com outras entidades, nas principais feiras de turismo, artesanato e outras temáticas onde possa promover o território e seus produtos. Os vinhos, as carnes e fumeiro das raças autóctones, o mel, os doces, os desportos e turismo de natureza, o turismo rural, o artesanato, e o próprio território, constituem um cabaz global, cuja imagem a Probasto já consolidou e procura divulgar e contagiar, sobretudo em espaço regional.

## C5. Experiência em matéria de gestão de instrumentos de política de desenvolvimento rural

A Probasto tem uma experiência de vinte e quatro anos em matéria de gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local, designadamente na gestão dos Programas Leader, Leader II e Leader +,+ e do sub-programa 3 do PRODER. Nos últimos anos, a Probasto aprovou 569 projetos, que significaram um investimento nesta Região de mais de 18 milhões de euros, conforme se pode verificar no quadro que se segue.

**Quadro 1: Impacto dos Programas geridos pela PROBASTO**



Fonte: Elaboração própria

## C6. Capacidade financeira, técnica e material

A **capacidade financeira** assenta, essencialmente, na rigorosa gestão que a Probasto preconiza no âmbito dos programas que implementa, nomeadamente em matéria de gestão de recursos humanos, de forma a não onerar as entidades parceiras.

Sem prejuízo, é importante referir o contributo pontual, quer financeiro quer em “bens d’apport”, das entidades parceiras, mormente das autarquias; que em determinados momentos, sobretudo na transição entre quadros comunitários, se revelou de extrema importância para garantir o normal funcionamento da associação, bem como, para a conclusão de determinados projetos em execução. A Probasto sabe que continuará a contar, em caso de necessidade, com os seus parceiros para a manutenção e garante da sua capacidade financeira.

A **capacidade técnica** da Probasto é atestada pela existência de uma equipa multidisciplinar, constituída, na sua totalidade, por nove elementos: um coordenador, dois trabalhadores do quadro de pessoal e, ainda, seis técnicos avençados, tal como consta no **anexo 8**.

Todos os elementos da equipa técnica têm experiência anterior nas atividades inerentes à gestão e implementação de estratégias de desenvolvimento local, designadamente nos Programas LEADER e no Sub-Progama 3 do PRODER. De realçar que este conjunto de técnicos tem participado em inúmeras ações de qualificação em áreas como a análise de candidaturas, análise de pedidos de pagamento, contratação pública, metodologias de elaboração de estratégias de desenvolvimento local, entre outras.

Para além desta equipa técnica, a Probasto tem ainda uma prestação de serviços de contabilidade com uma empresa especializada.

No que se refere **capacidade material** existente, a Probasto tem a sua sede própria nas instalações do edifício do Mercado Municipal de Cabeceiras de Basto. O espaço conta com três gabinetes, sendo um destinado ao atendimento ao público, uma sala de reuniões onde a Direção/Órgão de Gestão reúne periodicamente, e um gabinete de trabalho destinado aos técnicos. A Probasto dispõe ainda de um conjunto de equipamentos, nomeadamente: mobiliário, equipamento informático diverso, equipamentos de comunicação e uma viatura.

Em suma, a Probasto enquanto entidade gestora da parceria, possui os meios necessários para assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira, de modo a ser considerada organismo intermédio de gestão.

# Diagnóstico da Situação do Território

## D1. Diagnóstico atual

O diagnóstico que se apresenta de seguida resulta da análise efetuada aos principais indicadores estatísticos tendo como principais fontes os Censos de 2001 e 2011, os anuários estatísticos e o Recenseamento Geral Agrícola de 2009.

**População**

As estimativas do INE para o ano de 2011 atribuem ao espaço correspondente ao território de Basto uma população de 50.845 habitantes, representando 1,4% da população da Região Norte.

A distribuição da população pelos concelhos que constituem este espaço é bastante desigual, sendo que os concelhos de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto contribuem com mais de 70% da população residente neste território.

De 2001 para 2011 verificou-se um decréscimo da população em 6,4%, ao contrário do registado na Região Norte, que cresceu 0,06%, sendo que todos os concelhos de Basto perderam população.

Este fenómeno decorre, em simultâneo, com o despovoamento das zonas mais isoladas que, em consequência de falta de condições e acesso a bens e serviços, procuraram fixar-se nas sedes de concelho. Todavia, nos últimos tempos, tem-se verificado que a redução do nível de oferta de serviços públicos nas sedes dos concelhos tem tido consequências na diminuição de emprego, que, conjugado com a crise generalizada dos restantes setores, tem levado à saída de pessoas para os grandes centros urbanos e até para o estrangeiro.

Basto encontra-se marcado por um envelhecimento da população residente. Este envelhecimento resulta não só do aumento da esperança de vida, mas também da dificuldade na renovação geracional e, principalmente, da enorme dificuldade na fixação da população jovem, sobretudo nas freguesias mais rurais.

Os indicadores referentes ao envelhecimento e à dependência da população residente apresentam-se elevados, registando-se os maiores valores para o município de Ribeira de Pena. Em 2011, Basto apresentava um índice de envelhecimento de 150%, enquanto que em 2001 era de 102,4%. O peso da população jovem em 2011 (23,2%) sofreu uma queda face a 2001, onde o índice era de 29,7%, encontrando-se, contudo, acima da média da Região Norte (22,1%). Quanto ao índice de dependência de idosos, este é bastante superior à média da Região Norte (25,2%), tendo passado de 30,1% em 2001 para 34,2% em 2011.

Relativamente à densidade populacional, Basto apresenta 63,4 habitantes/km2. Por sua vez, a dinâmica de recessão demográfica originou uma reestruturação profunda no povoamento dos municípios: o efeito atrativo exercido pelas freguesias sede de concelho leva a que os territórios mais periféricos sofram fortes esvaziamentos populacionais, tal como referido anteriormente.

Ao analisar-se os saldos migratórios dos concelhos de Basto, verifica-se ainda que estes apresentam uma taxa negativa de 3,8% na última década.

**Economia, Emprego e Empreendedorismo**

Em termos económicos, Basto tem vindo a assistir a uma queda gradual do sector primário, representando apenas 8% nos Censos 2011. O tecido económico primário é débil, envelhecido e pouco qualificado, resultando desta realidade um muito baixo nível de empreendedorismo, uma vez que uma grande parte dos mais jovens e qualificados procurou outras atividades mais atrativas, com rendimentos mensais fixos, podendo, contudo, em muitos casos, continuar a trabalhar na agricultura como mão-de-obra familiar nos tempos livres.

A atividade agrícola ocupa 61,5% da área total do território, distribuída por 3.786 explorações. A Superfície Agrícola Utilizada (SAU) média é de 5,7 ha por exploração, repartida por 4,2 blocos, onde mais de 50% da SAU de Basto está ocupada com matas e florestas.

A vitivinicultura assume uma importância de destaque, tendo vindo progressivamente a assumir-se como cultura principal, ocupando, em 2009, 2.778 ha (cerca de 13% da SAU) distribuídos por 3.073 explorações, com repercussões notórias ao nível da modelação e preservação da paisagem. A este propósito, refira-se que os Vinhos Verdes de Basto, outrora de qualidade incerta (dependente das condições climáticas do ano), têm vindo a ser valorizados e reconhecidos quer a nível nacional, quer internacionalmente, fruto da aposta de jovens agricultores que têm dado a este setor referências de excelência, eem parte com o apoio da Probasto, que desde cedo se empenhou na promoção, desenvolvimento e crescimento do setor.

A apicultura tem vindo a assumir uma posição de destaque no mercado, quer por via da qualidade do mel produzido em Basto, quer pelo número de produtores que nos últimos anos se têm dedicado à atividade.

O número de empresas existentes diminuiu de 2004 para 2011 em cerca de 15,12%. No entanto, o pessoal ao serviço aumentou de forma significativa (79,73%), o que induz que as empresas têm maior capacidade na captação de emprego.

O valor acrescentado bruto nas empresas, sofreu um declínio acentuado de 38% entre 2004 e 2011.

O setor secundário, em 2011, representava 36% da população ativa, destacando-se algumas indústrias de produção e transformação, nomeadamente, alimentar, madeira, têxtil e industria extrativa.

A importância do sector terciário tem vindo a crescer, fixando-se, em 2011, em 56% da população ativa, o que representa um aumento de 14% face a 2001. As razoes desta evolução prendem-se, essencialmente, com a melhoria generalizada do nível de vida das populações, e com o aparecimento de três grandes superfícies comerciais no território.

O turismo, por seu lado, apresenta-se como um cluster de enorme potencialidade que urge ser explorado e rentabilizado. Associado ao vinho, às florestas e à pecuária extensiva – elementos transversais e estruturantes da economia local – e à qualidade natural e paisagística, este sector poderá servir de alavanca económica nos próximos anos, se conseguir estruturar a sua oferta, capacitar os seus agentes e atrair públicos.

Tendo em consideração as caraterísticas do tecido empresarial de Basto, surge sem surpresa o baixo índice do poder de compra per capita (IPPC), que se situa em 53,8%, bastante inferior à média da Região Norte (89,2%).

A par da diminuição da população, verifica-se um decréscimo da população ativa, representando em 2011 apenas 40,8% da população total residente (20.179 habitantes), sendo este indicador inferior ao da Região Norte (56,1%).

A evolução da estrutura da população ativa denota uma redução de ativos no sector primário, de 16% para 8%, a favor dos outros dois sectores de atividade, passando o sector terciário a ser o sector de atividade económica que emprega mais população (56%).

O desemprego, do ponto de vista geral, não assume valores muito diferentes da tendência nacional. De acordo com os Censos 2011, a taxa de desemprego em Basto era de 15,4%, ligeiramente acima dos 14,5% da Região Norte e dos 13,2% do conjunto do país.

No grupo de desempregados à procura de novo emprego, os valores registados revelam que apenas 6,1% do total de residentes se encontram na situação de desemprego. O que à partida poderia revelar-se um fator positivo, não se apresenta de facto como tal, uma vez que quando analisado o número de população residente sem atividade económica, esta apresenta valores na ordem dos 45% no total da região, o que revela uma grande debilidade da região em termos de estrutura laboral.

Segundo o IEFP, o desemprego registado em 2014 demonstra que a população desempregada em Basto é constituída principalmente por mulheres (56%), evidenciando-se a faixa da população com idade compreendida entre os 35 e os 54 anos (37%) e cujo tempo de inscrição no respetivo Centro de Emprego excede os 12 meses (52%). Por outro lado, e segundo o IEFP, cerca de 68% dos desempregados têm habilitações escolares ao nível do ensino básico e cerca de 10% ao nível do ensino superior.

O território de Basto apresenta uma estrutura de emprego bastante débil, assente em mão-de-obra pouco qualificada e com baixo nível de habilitações. A taxa de analfabetismo, apesar da sua evolução positiva (passou de 21,9% em 2001 para cerca de 13,1% em 2011), continua ainda elevada face à média da Região Norte (10,3%).

À semelhança do que ocorre noutras zonas do país, este território continua a padecer do estigma do abandono escolar. Apesar de se verificarem pequenas melhorias do nível de instrução, os valores são ainda bastante penalizadores, pois quase metade da população ou tem apenas o 1º ciclo ou não tem qualquer nível de instrução (49,4%). Contudo, é de realçar que a população sem qualquer nível de instrução diminuiu cerca de 40%. Por outro lado, salienta-se o facto de que, ao nível do ensino secundário e superior, os níveis de escolarização de Basto registaram aumentos bastante significativos.

**Infraestruturas e acessibilidades**

O território apresenta ainda alguns problemas de acessibilidade interna, em consequência, sobretudo, da não conclusão da Variante do Tâmega desde Celorico de Basto a Mondim de Basto e a Cabeceiras de Basto. Por sua vez, as acessibilidades externas, com a criação da A7 e a ligação de Celorico à A4, melhoraram consideravelmente nos últimos anos.

Relativamente à rede de transportes públicos, esta não responde em quantidade e periodicidade suficientes para assegurar um bom nível de serviço às populações, sobretudo às localizadas em zonas mais periféricas, no acesso a bens, serviços e equipamentos localizados nas freguesias sede de concelho. Do mesmo modo, há locais que já não se encontram abrangidos por carreiras públicas para as cidades mais próximas, a exemplo do concelho de Mondim de Basto na sua ligação à cidade de Vila Real.

Ao nível das infraestruturas básicas, os níveis de serviço e taxas de cobertura têm vindo a evoluir significativamente, à exceção do nível de saneamento e estação de tratamento de águas residuais que é ainda diminuto.

**Saúde, Educação, Ação Social e Serviços de Proximidade**

Em Basto, 30,8% da população residente tem nas reformas e pensões o seu principal meio de subsistência.

A dependência do subsídio de desemprego em Basto representa 2,1%, valores abaixo das médias nacionais (3,3%) e da Região Norte (4,1%). Contrariamente, a percentagem de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) na região de Basto, sendo de 2,8%, é superior à média nacional (2,4%).

Tem vindo a assistir-se ao longo dos últimos anos a grandes progressos em termos de desenvolvimento de equipamentos e serviços de cuidados aos idosos, sobretudo, as residenciais, serviços de apoio domiciliário, centros de dia e serviços de apoio à demência.

Em Basto existem, em média, 3.838 habitantes por centro de saúde, menos do que o valor médio da Região Norte (9.536),).). Contudo, Cabeceiras de Basto com 5.566 e Celorico de Basto com 4.022, destacam-se do panorama por apresentarem uma densidade populacional bastante superior.

Já no que diz respeito ao número de habitantes por médico, Basto apresenta uma média duas vezes superior à média nacional (593 habitantes por médico contra 240 do país), o que significa que a população da região tem maior dificuldade relativa no acesso aos cuidados de saúde primários.

## D2. Análise SWOT

A partir da análise sucinta dos aspetos mais relevantes de caraterização do território, apresenta-se de seguida uma análise SWOT onde se identificam, por grandes áreas temáticas de intervenção, os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Domínios**  **(Áreas Temáticas)** | **Pontos Fortes** | **Pontos Fracos** | **Oportunidades** | **Ameaças** | **Objetivos**  **Estratégicos** |
| * População | * Sossego e qualidade de vida. | * Envelhecimento populacional acentuado; * Perda generalizada da população residente; * Desemprego essencialmente feminino; * Desertificação; * Diminuição da taxa de natalidade; * Elevada taxa de analfabetismo. | * Existência de mecanismos financeiros de apoio ao incentivo à fixação da população no território; * Programas nacionais de apoio à educação e formação ao longo da vida para adultos. | * Interioridade; * Encerramento de serviços públicos; * Existência de focos de pobreza e de exclusão social; * Políticas de incentivo à natalidade ineficientes. | * OE1 - Fortalecer a base sócio-económica local, assente nos recursos endógenos de Basto; * OE3- Reforçar a viabilidade e competitividade do setor agrícola; * OT5 - Contribuir para o crescimento inclusivo de Basto, apoiando a criação de emprego e auto emprego sustentável. |
| * Infra estruturas e acessibilidades | * Existência da A7, A4 e parte da Variante do Tâmega, permitindo à população residir na região mesmo que trabalhe em centros urbanos próximos. | * Deficiente rede de acessibilidades intraterritoriais, em resultado da falta de conclusão da Variante do Tâmega; * Acessibilidade interna concelhia muito condicionada pela orografia local, dando origem a traçados sinuosos e acidentados; * Dispersão de aglomerados urbanos de reduzida dimensão; * Fraca rede de transportes públicos; * Existência de freguesias não servidas por transporte público regular e dependentes do calendário escolar. | * Conclusão da Variante do Tâmega; * Cobertura total da rede primária de fibra ótica. | * Limitação de fundos estruturais destinados à área da mobilidade. |  |
| * Economia, emprego e   empreendedorismo | * Localização geográfica privilegiada para a instalação de empresas; * Boas acessibilidades externas; * Existência de parques industriais nos 4 concelhos de Basto; * Existência de associações empresariais que operam no território; * Condições de produção dos produtos tradicionais muito próximas do Modo de Produção Biológica; * Instalação de novas empresas na área da Agricultura Biológica. | * Perda da importância do sector primário; * Predomínio do minifúndio, o que implica falta de dimensão da maioria das suas produções; * Envelhecimento da população ativa agrícola e com baixo nível de instrução; * Reduzida dimensão das empresas; * Individualismo empresarial que fragiliza associativismo; * Resistência à inovação e à mudança; * Falta de iniciativas comerciais inovadoras e atrativas; * Baixos níveis de instrução/ qualificação da mão-de-obra local; * Tendência acentuada para o aumento do desemprego de longa duração ligados a indivíduos com idades avançadas e a grupos vulneráveis; * Dificuldade na distribuição e comercialização das produções locais. | * Existência de apoios financeiros que permitam a criação de emprego; * Possibilidade de criação de novas atividades e serviços na área da floresta, turismo, agricultura e ambiente; * Atividades económicas associadas à dinamização dos produtos agrícolas típicos da região (vinho, linho, raças autóctones, mel), passíveis de valorização no mercado; * Maior fluxo de turistas, sobretudo no norte de Portugal; * Proximidade ao Aeroporto do Porto e aparecimento de novas rotas a partir do Porto em companhias áreas low-cost; * Proximidade de produtos turísticos com uma imagem muito forte e afirmada no mercado (p. ex. Douro Vinhateiro, Gerês, Centro Histórico de Guimarães); * Desenvolvimento do sector terciário (hotelaria, restauração, serviços e comércio); * Potencial de crescimento dos recentes casos de instalação em Basto, de empresários do norte da Europa (Holanda e Bélgica), nas áreas de turismo de natureza e agricultura biológica. | * Desajustamentos no mercado de emprego entre a oferta e a procura; * Atração pelo litoral e pelos grandes centros e consequente desertificação; * Insuficiência de incentivos à fixação de empresas no interior; * Continuada perda do poder de compra da população portuguesa e o espírito recessivo em que se encontra a economia; * Incapacidade do território em fixar a sua população mais jovem; * Politicas públicas orçamentais restritivas que condicionam a atuação das entidades públicas, bem como dos privados cujo rendimento é dependente dos apoios do Estado. | * OE1-Fortalecer a base sócia-económica local, assente nos recursos endógenos de Basto; * OE3 - Reforçar a viabilidade e competitividade do setor agrícola; * OT5-Contribuir para o crescimento inclusivo de Basto, apoiando a criação de emprego e auto emprego sustentável. |
| * Recursos Endógenos | * Existência de recursos hídricos abundantes, com aptidão para a prática desportiva e lazer; * Paisagem muito diversificada constituída por meios naturais e seminaturais; * **Existência de locais de grande interesse paisagístico e arquitetónico: Sr.ª da Graça; Parque Natural do Alvão; Fisgas de Ermelo; Castelo de Arnoia, Mosteiro de S. Miguel de Refojos;** * Existência de um vasto Património Arqueológico; * Qualidade ambiental de execelência; * Existência do sítio Alvão-Marão pertencente à Rede Natura 2000, que integra parte dos concelhos de Ribeira de Pena e Mondim de Basto; * **Existência do Parque Natural do Alvão, com elevado número de endemismos, a exemplo da *Borboleta Azul*;** * Solos com aptidão florestal e agrícola; * Elevado potencial da silvo-pastorícia, atividade com grande tradição na região; * Condições edafo-climáticas adequadas para o incremento de determinado tipo de produções, nomeadamente, a vinha e a produção extensiva de carne; * Território inserido na área de produção de várias raças autóctones de qualidade, nomeadamente das DOP’s Maronesa e Barrosã e da IGP Cabrito das Terras Altas do Minho; * Grande importância da caça e a pesca e boas condições para a sua prática; * A apicultura, atividade que pode tornar-se de importância fundamental uma vez que o território está inserida na área de produção da DOP do Mel das Terras Altas do Minho; * Existência de uma gastronomia de grande qualidade e tipicidade aliada à existência de produtos locais de excelência, alguns deles certificados; * Existência de Vinhos Verdes de Basto de elevada qualidade; * Existência de um vasto património histórico-cultural; * Conjunto importante de desportos de aventura com projeção nacional e internacional; ex: volta a Portugal em bicicleta – Sra. Da Graça; Provas internacionais de Parapente – Sra. Da Graça; Campeonato do Mundo de Pesca Desportiva (Cabeceiras de Basto); Prova de rafting no Rio Tâmega. | * Elevado número de incêndios, com consequente perda de fertilidade dos solos; * Desconhecimento e desprezo pelas espécies florestais autóctones com uso excessivo de material vegetativo exótico; * Existência de pedreiras e acesso às mesmas com impacte visível na paisagem natural; * Utilização reduzida dos produtos locais de origem certificada pelos agentes turísticos, nomeadamente pelos TER, restauração e pontos de venda; * Poucos casos de certificação da raça suína Bisara; * Inexistência de fumeiro de raça Bisara com DOP ou IGP; * Poucos percursos arqueológicos, naturais e históricos; * Incapacidade em dominar a cadeia de valor e em gerir o ciclo de vida dos produtos. | * Contributo positivo para o mercado de carbono; * Facilidade na reconversão do modo de produção convencional em Modo de Produção Biológico; * Reconhecimento nacional e internacional dos Vinhos Verdes de Basto, sendo já uma referência nos V. Verdes (DOC); * **Existência de rotas e circuitos turísticos de carácter regional, nacional e internacional (p. ex. Rota dos Vinhos Verdes, Caminho de Santiago, Rota do Românico, EuroVelo-circuito de ligação europeia em BTT);** * Existência de um Centro de BTT homologado pela Federação de Ciclismo; * Forte apetência para a valorização e recuperação do património arquitetónico; * **Candidatura apresentada pelo Município de Cabeceiras de Basto à UNESCO para classificação do Mosteiro de S. Miguel de Refojos a Património Cultural da Humanidade**; * **Candidatura a apresentar pelo Município de Mondim de Basto à UNESCO, para classificação das Fisgas de Ermelo a Património Natural da Humanidade.** | * Incêndios florestais; * Existência de espécies de fauna e flora em ameaça de extinção; * Diminuição das ajudas à produção e conservação de raças autóctones; * Conjuntura política Nacional; | * OE1 - Fortalecer a base sócia-económica local, assente nos recursos endógenos de Basto; * OE2 - Promover um modelo de turismo sustentável; * OE3 – Reforçar a viabilidade e competitividade do setor agrícola; * OE4 - Valorizar e rentabilizar o património natural e histórico-cultural como fator de atratividade e identidade; * OT5 – Contribuir para o crescimento inclusivo de Basto, apoiando a criação de emprego e auto emprego sustentável; * OT6 - Promover a sustentabilidade ambiental através da adoção de boas práticas |
| * **Saúde, Educação, Ação Social e Serviços de Proximidade** | * Existência de instituições de solidariedade social que operam como retaguarda a grupos socialmente vulneráveis; * Desenvolvimento de programas e projetos de âmbito local a exemplo do Banco local de Voluntariado; Programas de Luta Contra a Pobreza, Rede Social, Contratos Locais de Desenvolvimento, plataformas sociais regionais; * Existência de um Centro de Saúde nos quatro concelhos; * Unidades Móveis de Saúde; * Unidade de Internamento e Unidade de Cuidados Continuados em Cabeceiras de Basto; * Existência do Ensino Profissional; * Proximidade a Municípios com Ensino Superior (Fafe, Vila Real, Guimarães, Braga e Porto). | * Fecho dos Serviços de Atendimento Permanente em todos os centros de saúde; * Insuficiência de pessoal técnico e de recursos humanos na área da saúde; * Isolamento da população idosa; * Baixos rendimentos das famílias; * Violência doméstica, álcool e drogas; * Elevado taxa de abandono escolar; * Baixo número de serviços fora das freguesias sede de concelho; * Falta de Centro de Apoio Temporário a crianças em risco (0 aos 12 anos); * Políticas sociais ativas insuficientes; * Falta de equipamentos de apoio a pessoas dependentes e deficientes. | * Rendimento Social de Inserção; * Complemento Solidário do Idoso; * Parcerias entre IPSS’s e os Municípios; * Protocolos com o Instituto da Segurança Social. | * Insuficiência de apoios financeiros; * Deficiente articulação interinstitucional, sobretudo na área da saúde; | * OT5 - Contribuir para o crescimento inclusivo de Basto, apoiando a criação de emprego e autoemprego sustentável |

# Proposta de Estratégia e Resultados Esperados

## E1. Proposta macro de estratégia para o território

O diagnóstico realizado na fase precedente, aponta para um conjunto de fragilidades comuns aos espaços rurais do interior do país, nomeadamente, o envelhecimento da população, esvaziamento rural e tendência de concentração nas sedes dos concelhos. Tratando-se de um território de montanha, persistem deficiências de mobilidade e acessibilidade interna. Não obstante as recentes infraestruturas viárias que ligam o território a grandes centros urbanos através, designadamente, da A7 e A4, a falta de conclusão da Variante do Tâmega continua a dificultar largamente a desejável coesão do território.

Para além destes constrangimentos, teme-se que o território fique privado no acesso a determinados serviços públicos, fruto das sucessivas reformas administrativas levadas a cabo pelo Estado Português, à semelhança do que tem já acontecido no sector da saúde, o que conduzirá, naturalmente, a um maior isolamento e consequente exclusão social.

O diagnóstico existente mostra que a melhoria do posicionamento deste território, passa por uma intervenção concertada em parceria dos atores que permanecem no terreno, por forma a atenuar os estrangulamentos existentes e mobilizar o coletivo para um melhor aproveitamento dos recursos: a homogeneidade territorial, cultural e humana; a natureza (pela beleza cénica das paisagens); a excelência de alguns produtos tradicionais de qualidade e gastronomia,; a importância dos recursos hídricos e outros ligados ao turismo e aos desportos de natureza e aventura, como os percursos BTT e Ecopistas, trilhos ou as aldeias tradicionais.

As tendências de evolução económica e social registadas nos últimos anos - assaz agravadas pela recente crise económica que tem efeitos diretos e imediatos na litoralização, emigração e no desemprego - revelam que os problemas identificados poderão agravar-se nos próximos anos. Apesar do trabalho desenvolvido, quer pelos municípios, quer por outros parceiros, designadamente por parceiros pertencentes ao sector da Economia Social, um dos cenários prováveis é o do despovoamento e do declínio económico, sobretudo nas zonas mais isoladas e periféricas, processos que poderão ser acompanhados por uma progressiva concentração, nos aglomerados urbanos mais importantes, de pessoas, atividades e recursos.

Do ponto de vista do desenvolvimento rural, este cenário é preocupante.

**O que fazer então? Que alternativas terão os agentes locais para inverter ou reorientar as tendências atuais?**

Nesta perspetiva, equacionam-se dois cenários possíveis e alternativos para o futuro das Terras de Basto:

**Cenário 1 – Basto: território resiliente com qualidade de vida**

Este cenário traduz uma reação aos principais sinais de declínio numa base meramente local, procurando minimizar os efeitos mais negativos das dinâmicas atuais, com especial relevo para o esvaziamento demográfico. Simultaneamente, aponta para uma maior articulação entre os municípios do território, bem como com os concelhos e as áreas envolventes; para uma contenção do processo de desertificação humana das áreas rurais e para a diminuição dos ritmos de declínio demográfico e de envelhecimento; e para a concentração da população jovem nas sedes dos concelhos. As consequências de um tal cenário refletem-se na oferta insuficiente de ocupação e emprego qualificado, na manutenção dos níveis de qualidade de vida e numa relativa bipolarização no acesso a bens e serviços. Em termos económicos, a aposta vai para o crescimento dos sectores tradicionais, a diversificação da estrutura produtiva e o aproveitamento parcial dos recursos e potencialidades.

**Cenário 2 – Terras de Basto: território vivo e atrativo**

Este cenário é marcado por uma atitude estratégica que visa antecipar o futuro, promovendo iniciativas que permitam, não só inverter as tendências atuais, mas também valorizar os recursos endógenos, numa perspetiva de rentabilidade, em perfeito alinhamento com as dinâmicas regionais e nacionais, mormente ao nível da cooperação em matéria de aproveitamento dos instrumentos financeiros existentes para o próximo quadro de programação.

Paralelamente, aponta para a inserção nos principais eixos regionais e nacionais de desenvolvimento, para a reorganização da estrutura urbana dos concelhos, para a renovação do potencial demográfico, nomeadamente, através da atracão de investimentos, atividades e pessoas, a par da fixação de jovens quadros, contribuindo para a contenção do processo de envelhecimento, para a criação de emprego qualificado e sustentabilidade da empregabilidade e para a diminuição do desemprego. Ao mesmo tempo, prevê a melhoria dos níveis de qualidade de vida, a diminuição das disparidades internas no acesso a bens e serviços, o aparecimento de novas atividades e o reforço da capacidade de iniciativa e de investimento.

Como se verifica, são vários os caminhos possíveis. No entanto, considera-se desejável para o futuro das Terras de Basto o alcance do cenário 2, que assenta nos seguintes **pressupostos** como ponto de partida:

* **Proximidade a cidades médias de referência**, designadamente, a cidade de Guimarães e Braga, bem como a Região Metropolitana do Porto, onde residem mais de 2 milhões de habitantes: um mercado que deverá constituir uma prioridade para os agentes económicos e institucionais deste território; e a região da Galiza com ligação rodoviária rápida e o anunciado TGV;
* O facto das Terras de Basto possuírem uma **identidade forte, uma imagem de coesão e qualidade** que não se encontra suficientemente explorada quer ao nível do património natural e cultural, quer ao nível da rentabilidade dos produtos e atividades agrícolas;
* A **força da parceria Terras de Basto** resultante do recente processo de alargamento e consequente reforço representativo afigura-se de primordial importância para uma maior sustentabilidade na conceção e implementação da estratégia: o envolvimento de um maior número de agentes, com demonstrada capacidade de iniciativa local, contribuirá para garantir uma parceria alargada, representativa, forte, capaz de uma maior eficácia e eficiência no processo de crescimento e desenvolvimento. Com efeito, o desenvolvimento rural só pode ser coroado de sucesso se houver capacidade e engenho para integrar as suas várias dimensões do desenvolvimento (social, económica e ambiental) e se for possível alinhar com as diversas escalas territoriais: nacional, territorial e local, bem como integrar as ações e intervenções dos vários agentes locais: municípios e entidades públicas (setor público), empresas (setor privado), associações (Economia Social) e sociedade.

Sabe-se que o processo de planeamento estratégico se constrói em torno de um diagnóstico participativo que reflita a realidade local, os seus pontos fortes e fracos. Sabe-se, também, que as orientações estratégicas a definir deverão estar devidamente sintonizadas com outros níveis de intervenção, designadamente, a nível regional, nacional e europeu. Partindo destas duas premissas, é fundamental a definição de uma Visão, que consiste na formulação de um cenário prospetivo que corresponde a uma ambição de futuro. Assim, define-se para as Terras de Basto a seguinte Visão:

**Terras de Basto 2020: Território vivo, atrativo, com identidade e tradição**

* **Território Vivo**, porque se pretende garantir a ocupação humana - condição fundamental para a preservação da paisagem, dos ecossistemas e sua biodiversidade;
* **Atrativo**, porque se pretende aumentar a capacidade de atração, quer de empresas (investimento), quer de pessoas, quer de turistas;
* **Com Identidade**, que se pretende manter e preservar em torno dos fatores diferenciadores e genuínos de Basto;
* **Tradição**, em torno do seu património rural que importa preservar e rentabilizar.

A ideia subjacente à definição da presente estratégia assenta, como se pode verificar, num conjunto de elementos âncora, através dos quais se pretende obter um efeito multiplicador na economia local. É com base numa consciência e num profundo sentimento de pertença, a par da necessidade de se equacionar um desenvolvimento sustentado – criado a partir de elementos que garantam as dimensões económica, social e ambiental – que se defende uma estratégia assente no aproveitamento e valorização dos recursos endógenos e do património natural e histórico-cultural, numa ótica de criação de valor. Esta criação de valor só é possível mantendo fixas as populações, pelo que na dimensão económica e social assume especial importância a criação de emprego, que passa pela reestruturação dos processos produtivos, pela diversificação e diferenciação, pela criação de novos produtos e por uma organização mais eficiente das empresas e do tecido empresarial local.

Assim, o grande **desafio** da Probasto, enquanto entidade que congrega uma parceria para o desenvolvimento das Terras de Basto, **é promover o desenvolvimento sustentado do território criando condições de atração e fixação de investimentos e pessoas, contribuindo para a manutenção da identidade e rentabilização do património natural e histórico-cultural: maior riqueza de Basto.**

Efetivamente, os recursos e as dinâmicas territoriais das Terras de Basto justificam e viabilizam uma Estratégia de Desenvolvimento Local que tenha por objetivo estratégico valorizar os seus recursos, colocando-os ao serviço do progresso social e económico das populações deste espaço e da melhoria da sua qualidade de vida. O que se pretende é criar condições favoráveis ao incremento do dinamismo empresarial e institucional e sobretudo à formação da massa crítica indispensável a uma mobilização eficaz do potencial endógeno, gerando e fixando riqueza e criando emprego sustentável.

Nesse sentido, a Visão enunciada pressupõe, necessariamente, a definição de objetivos estratégicos assentes nas seguintes **Áreas de Intervenção Estratégica:**

**AE1. Desenvolvimento económico e coesão territorial** - visa a criação e desenvolvimento de empresas, nos mais diversos setores, mormente no setor primário, turismo e ambiente, promovendo, por um lado, a criação de postos de trabalho, e por outro, a competitividade e coesão territorial;

**AE2. Serviços de proximidade e inclusão social** - remete para lógicas inovadoras de proximidade, polivalência e itinerância, visando a oferta de serviços nas áreas do apoio social, educação, saúde, trabalho e segurança social, agricultura e desenvolvimento rural, ambiente e ordenamento do território. Tem-se como público-alvo, preferencialmente, as populações residentes em zonas de montanha e em locais dispersos e isolados, com limitações de mobilidade; e pessoas desempregadas, com reduzida literacia ou afetadas por outros fatores que dificultem o acesso ao emprego. Pretende-se um crescimento inclusivo que aposte na consolidação da rede de equipamentos sociais existentes, com capacidade de resposta ao nível do apoio às famílias, criando condições de maior autonomia e integração social.

**AE3. Ambiente e eficiência energética** -parte-se da constatação de que o património ambiental é já um traço identitário das Terras de Basto, todavia, é possível almejar a sua excelência. Pretende-se que as Terras de Basto sejam um território exemplar na adoção de boas práticas ao nível da eficiência energética, junto da sociedade civil, dos setores económicos (principalmente agricultura e turismo) e também ao nível das entidades públicas.

**Esquema 2 – Áreas de Intervenção Estratégica**



Fonte: Elaboração própria

De uma maneira geral, os principais desafios prendem-se com a criação de condições favoráveis ao dinamismo económico que propicie uma maior coesão territorial; o alcance de exemplaridade ambiental e incremento do emprego como garante de crescimento inclusivo. Estes desafios de promoção do desenvolvimento sustentável das Terras de Basto são corporizados nos seguintes **objetivos transversais (OT) e estratégicos (OE)**:

**OE1 - Fortalecer a base sócio-económica local, assente nos recursos endógenos de Basto**

A perda de população é uma ameaça à manutenção dos valores naturais, paisagísticos, culturais associados à economia rural, tornando-se necessário diversificar e fortalecer a respetiva base da atividade económica, muito associada aos setores primário e terciário, para fixar e atrair população, assim como manter a atividade agrícola, conferindo capacidade de resiliência económica e coesão social.

Este objetivo assume um caráter transversal à estratégia, pois está diretamente relacionado com a criação de emprego. Pretende-se criar condições para a diversificação da base económica local, através da criação de novas atividades assentes na panóplia de recursos endógenos disponíveis. O dinamismo económico deverá compatibilizar-se com a excelência ambiental que se quer alcançar, sendo este, desde logo, um ativo gerador de potenciais novas atividades e/ou serviços.

Este objetivo estratégico encontra-se alinhado com outros objetivos e estratégias de desenvolvimento regional e sub regional, na medida em que contribui para: o eixo prioritário 2 do Norte 2020 “*Competitividade das pequenas e médias empresas*”; para o objetivo estratégico 1 do PDR 2014\_2020 “*Crescimento do valor acrescentado do setor agro florestal e rentabilidade económica da agricultura*”; para o objetivo estratégico 1 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do AVE- “*Inovação e Competitividade Empresarial*”; para o eixo estratégico1 da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega “*Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente*” e ainda para o domínio estratégico de intervenção 3 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa “*Incentivar a inovação e a competitividade na economia*”.

**OE2 - Promover um modelo de Turismo Sustentável**

Para a promoção de um modelo de turismo sustentável importa, essencialmente, organizar e alargar a oferta turística nas suas múltiplas dimensões: a) alojamento (turismo rural e de aldeia, turismo de habitação, parques de campismo e alojamento clássico); b) motivos de atracão, animação e interesse (gastronomia, enoturismo, roteiros patrimoniais, turismo religioso, turismo natureza e turismo ativo - beneficiando do potencial do Parque Natural do Alvão); c) promoção e marketing; d) formação e capacitação dos agentes. Por sua vez, as atividades deverão privilegiar quer o turismo sénior e familiar (classe média), como o turismo jovem e a permanência da população escolar, criando e promovendo uma panóplia de produtos específicos e diversificados, marcados pela qualidade e originalidade. O que se pretende é um turismo com alguma expressão em termos do número de clientes, mais intenso nas estações baixas e épocas de férias escolares e, sobretudo, aumentar os dias de permanência. Para isso, o modelo de turismo sustentável deverá promover uma imagem de marca para as Terras de Basto e criar condições para que este território, através do sítio Alvão/Marão, possa funcionar como um *hub* do Turismo Natureza do norte de Portugal, dada a sua situação geoestratégica relativamente às outras áreas protegidas do norte. De referir, aqui, o potencial de crescimento que podem vir a ter os recentes casos de empresários do norte da Europa, mormente da Holanda e também Bélgica, que têm nos últimos anos procurado as Terras de Basto para se instalarem e desenvolverem projetos de turismo natureza associados a projetos de agricultura biológica. Este é um nicho que se encontra por explorar, e que pode encerrar oportunidades de expansão.

Este objetivo estratégico encontra-se alinhado com outros objetivos e estratégias de desenvolvimento regional e sub regional, na medida em que contribui para: eixo prioritário 2 do Norte 2020 “*Competitividade das pequenas e médias empresas”; para o objetivo estratégico 3 do PDR 2014\_2020 “Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural”;* o objetivo estratégico 3 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave “*Turismo*”; o eixo estratégico 1 da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega ”*Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente”* e ainda para o domínio estratégico de intervenção 4 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa “*Promover o potencial turístico e cultural do Tâmega e Sousa, no contexto do Norte de Portugal, apostando no marketing territorial e na dinamização da oferta*”.

**OE3 - Reforçar a viabilidade e competitividade do setor agrícola**

A existência de um tecido agrícola fragmentado em pequenas explorações agrícolas significa, em muitas situações, uma resposta social ou uma atenuante a situações de pobreza para algumas famílias, algumas vezes para alguns idosos. Este é um dos motivos pelos quais é importante defender a viabilidade da pequena agricultura, sobretudo em contexto de crise e de desemprego prolongado, constituindo, assim, uma realidade a preservar no sentido de se contrariar a desertificação humana do território. Com efeito, o espaço rural caracteriza-se por uma multiplicidade de funções que vai além da produção de bens e serviços agrícolas, sendo que o seu desenvolvimento não é independente de ações de preservação ambiental e patrimonial. De resto, para que haja desenvolvimento sustentado é crucial a manutenção de sinergias com o sector primário, atividade eventualmente insustentável por si só, mas importante do ponto de vista da fixação humana, da obtenção de plurirrendimento familiar e da preservação dos espaços rurais. Para a desejável viabilidade e competitividade do sector importa, ainda, valorizar os produtos e recursos endógenos com base no conhecimento, na criatividade e na inovação, bem como promover o empreendedorismo tendo em vista a maximização do aproveitamento dos recursos locais. Para tal, é necessário preconizar o apoio aos investimentos de pequena dimensão, mercados locais e cadeias curtas. Deverão ser encaradas algumas das produções mais representativas do território que recorrem aos recursos endógenos (vitivinicultura, pecuária, fruticultura, apicultura, agricultura biológica, linho e floresta) apoiando-se os aspetos críticos de organização, concentração e comercialização, bem como, a promoção dos produtos nos mercados.

Este objetivo estratégico encontra-se alinhado com outros instrumentos e estratégias de desenvolvimento regional e sub regional, na medida em que contribui para: eixo prioritário 2 do Norte 2020 “*Competitividade das pequenas e médias empresas*”; para o objetivo estratégico 1 do PDR 2014\_2020 “*Crescimento do valor acrescentado do setor agro florestal e rentabilidade económica da agricultura*”; o objetivo estratégico 1 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave “*Inovação e Competitividade Empresarial*”; para o eixo estratégico1 da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega ”*Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente*” e ainda para o domínio estratégico de intervenção 3 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa “*Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa*”.

**OE4 - Valorizar e rentabilizar o património natural e histórico-cultural como fator de atratividade e identidade**

Este objetivo adquire uma importância sistémica, na medida em que se relaciona com outros objetivos e outros desígnios, pois a existência de património preservado, quer seja natural e paisagístico, quer seja edificado, contribui, desde logo, para reforçar a capacidade de atração e garantir a identidade. Na verdade, com este objetivo pretende-se proteger, promover e rentabilizar os inúmeros recursos – naturais, paisagísticos, etnobotânicos, geológicos, culturais, arqueológicos – numa perspetiva de reforço da capacidade de atracão turística e tendo em consideração o desígnio da excelência ambiental. Nesse sentido, a estratégia deve permitir relevar a notoriedade e a excelência destes recursos, mostrando o único e o diferente aos visitantes.

Este objetivo estratégico encontra-se alinhado com outros instrumentos e estratégias de desenvolvimento regional e sub regional, na medida em que contribui para: eixo prioritário 4 do Norte 2020 “*Qualidade Ambiental”;* para o objetivo estratégico 3 do PDR 2014\_2020 “*Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural*”; o objetivo estratégico 3 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave “*Turismo*”; para o eixo estratégico 2 da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega ”*Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos*” e ainda para o domínio estratégico de intervenção 2 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa “*Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais*”.

**OT5 - Contribuir para o crescimento inclusivo de Basto, apoiando a criação de emprego e auto emprego sustentável**

O atual contexto das Terras de Basto remete para enormes desafios socioeconómicos que ameaçam a coesão social e ampliam o risco eminente de exclusão social. Assim, este objetivo assume especial importância no contexto económico atual, marcado por elevados níveis de desemprego, em particular entre os mais jovens. Pretende-se através de iniciativas diversificadas contribuir para o incremento do empreendedorismo, bem como para a criação de emprego e auto emprego, assente no aproveitamento dos recursos endógenos. Simultaneamente, julga-se da mais elementar necessidade fomentar e privilegiar lógicas de funcionamento em rede, centradas numa forte cooperação inter institucional, que fomente a partilha de competências, de equipamentos e serviços.

Este objetivo transversal encontra-se alinhado com outros instrumentos e estratégias de desenvolvimento regional e sub regional, na medida em que contribui para: eixo prioritário 6 “*Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores*” e eixo prioritário 7 *“Inclusão Social e Pobreza*” do Norte 2020; para o objetivo estratégico 3 do PDR 2014\_2020 “*Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural*”; o objetivo estratégico 5 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave “*Coesão Social e Territorial*”; para o eixo estratégico 3 da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega ”*Promover a coesão e inclusão sociais através da valorização e fortalecimento da resiliência da população local*” e ainda para o domínio estratégico de intervenção 6 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa “*Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial”.*

**OT6 - Promover a sustentabilidade ambiental através de adoção de boas práticas**

Neste objetivo transversal destaca-se a oportunidade para o incremento da adoção de boas práticas, sobretudo no âmbito das atividades consideradas mais prioritárias, designadamente, ao nível do setor agrícola, ao nível do setor do turismo - mormente do turismo ativo -, ao nível da atividade extrativa e, ainda, ao nível da sociedade em geral. Num contexto de sustentabilidade, alinhado com diretrizes europeias e nacionais que visam contribuir para os objetivos estabelecidos em matéria de alterações climáticas, energia, agricultura, biodiversidade, aconselha-se e defende-se a adoção de medidas que incentivem uma utilização mais racional dos recursos, que evite o desperdício, quer nas atividades económicas quer no consumo doméstico.

Este objetivo estratégico encontra-se alinhado com outros instrumentos e estratégias de desenvolvimento regional e sub regional, na medida em que contribui para: eixo prioritário 3 “*Economia de Baixo Teor de Carbono*” e eixo prioritário 4 “Qualidade Ambiental” do Norte 2020; para o objetivo estratégico 2 do PDR 2014\_2020 “*Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos*”; o objetivo estratégico 2 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave “*Sustentabilidade Ambiental e Eficiência Energética*”; para o eixo estratégico 2 da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega ”*Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos*” e ainda para o domínio estratégico de intervenção 2 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa “*Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais”;*

**OE7 - Fomentar a cooperação territorial estratégica (objetivo operacional)**

Nunca como agora se privilegiou tanto, no país, as questões da governança e da cooperação institucional. A Probasto não é alheia a este desígnio nacional, na medida em que reconhece a necessidade de fortalecer mecanismos de governação territorial a vários níveis:

* Ao nível da mobilização de todos os atores e agentes locais pertencentes à parceria Terras de Basto;
* Ao nível da ligação da parceria a outros agentes do território, ou territórios vizinhos, designadamente, universidades, associações empresariais, organismos da administração central, entre outros;
* Ao nível da cooperação inter territorial, entre entidades de natureza semelhante, no intuito de desenvolvimento de projetos de cooperação, capazes de trazer mais valias ao território, em observância pelo princípio da partilha e eficiência de recursos;
* Ao nível do alinhamento com as estratégias regionais, definidas, inclusivamente, nas Comunidades Intermunicipais, de forma a valorizarem-se complementaridades e evitar-se sobreposição, mormente em matéria de utilização de fundos estruturais.

Este objetivo estratégico encontra-se alinhado com outros instrumentos e estratégias de desenvolvimento regional e sub regional, na medida em que se articula com: o eixo prioritário 9 “*Capacitação Institucional e TIC*” do Norte 2020; o objetivo estratégico 6 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave “*Governação do território*”; para o eixo estratégico 4 da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega ”*Reforçar a integração, a identidade regional e a cidadania*” e ainda para o domínio estratégico de intervenção 1 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa “*Modernizar e reorganizar a governação do território”.*

Apresentados que estão os objetivos estratégicos, apresenta-se no quadro seguinte o contributo de cada um deles para as Áreas de Intervenção Estratégica anteriormente definidas.

**Quadro 2 – Contributo dos objetivos transversais e estratégicos paras as áreas de intervenção estratégica**



**Esquema 3 – Áreas de Intervenção Estratégica e Objetivos Transversais e Estratégicos da ELD**



Como se verifica, a macro estratégia apresentada pela parceria Terras de Basto enquadra-se no âmbito de um DLBC rural que visa promover, neste território específico, perfeitamente identificado e delimitado, respostas aos elevados níveis de desemprego e pobreza, através da dinamização e diversificação económica local, em respeito e harmonia com o ambiente.

A definição de cada objetivo estratégico teve em linha de conta os documentos estratégicos regionais e sub regionais já desenvolvidos, designadamente:

- Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020;

- Programa Operacional Regional do Norte 2014- 2020;

- Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal Tâmega e Sousa;

- Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal 2014-2020 CIM, do Ave;

- Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial – Alto Tâmega

Sem prejuízo de ter sido já referido, em cada objetivo estratégico, o seu nível de articulação e alinhamento com outros instrumentos e documentos estratégicos regionais e sub regionais, as matrizes que se apresentam de seguida pretendem evidenciar, de forma clara, esse alinhamento. De uma maneira geral, todos os objetivos traçados contribuem para a concretização de outros objetivos ou desígnios estratégicos de outras unidades territoriais.

**Quadro 3 - Matriz de Alinhamento com o Programa Operacional Norte 2020**



**Quadro 4 - Matriz de Alinhamento com o Programa de Desenvolvimento Rural para 2014-2020**



Fonte: Elaboração própria

**Quadro 5 - Matriz de Alinhamento com as Estratégias de Desenvolvimento Intermunicipal: CIM do AVE, CIM Tâmega e Sousa e CIM do Alto Tâmega**



## E2. Contributos para os resultados esperados na prossecução do DLBC

O cenário que se apresenta é uma estimativa baseada nos elementos já conhecidos constantes no presente Aviso e Programas que apoiam esta tipologia de DLBC e na experiência do passado.

As tipologias de ação definidas, respetivas alocações financeiras e metas por objetivos estratégicos e por fundos de financiamento, são resultado da avaliação estratégica e definição de linhas de atuação durante processo participativo com os parceiros e outros atores locais, enquadradas nas áreas de intervenção definidas para os FEEI no âmbito dos DLBC rurais. Evidentemente que as tipologias apresentadas, tal como o cenário financeiro, podem sofrer alterações aquando da preparação e elaboração da EDL na segunda fase deste concurso.

Assim, apresentam-se de seguida os pressupostos que estiveram na base da elaboração do cenário apresentado.

**Pressupostos:**

* 1 - A Despesa Pública (DP) total por cada FEEI alocada no Aviso 2020, foi calculada considerando 10% de cofinanciamento nacional para o FEADER e 15% para o FEDER e FSE;



* 2 - O cenário financeiro tem por base a alocação da EDL base (Medidas 3.1 + 3.2) inicial de 2007-2013 do PRODER para o mesmo território a que concorre esta parceria DLBC (tendo em consideração a respetiva população e área);
* 3 - A alocação financeira do FEADER foi calculada com base no peso relativo da EDL base (3.1 + 3.2 - sem funcionamento, cooperação e animação) inicial de 2007-2013 no total do território do continente;
* 4 - As alocações financeiras do FEDER e FSE foram calculadas com base no peso relativo da EDL base (3.1 + 3.2 - sem funcionamento, cooperação e animação) inicial de 2007-2013 no total do território da NUTII onde se insere: Norte.



**Quadro 6 – Cenário DLBC: Tipologias de intervenção e resultados esperados por objetivo estratégico**

****

****

****

****

****

****

**Quadro 7 – Cenário DLBC: Distribuição da Despesa Pública dos FEEI e Investimento Público da Parceria e Comparticipação Privada por Objetivo Estratégico**

****

**Quadro 8 – Resultados esperados na prossecução do DLBC**



De referir que não nos foi possível avançar com indicadores sobre o número de dormidas e de visitantes aos Sítios a valorizar, dado que não possuímos uma base concreta inicial de registos oficiais que nos permita obter esses indicadores. No caso do alojamento turístico, a maioria dos operadores não comunica a sua atividade, sabendo nós que em muitas situações têm uma ocupação lotada na época alta, nomeadamente nos Parques de Campismo propriedade de cidadãos estrangeiros, muito disseminados no território.

Não nos querendo intrometer nas competências das entidades responsáveis pela regulação da atividade, pretendemos conceber produtos que agreguem a oferta para aqueles que comuniquem a sua atividade e se encontrem devidamente licenciados para o efeito. Nesse sentido vamos efetuar contatos com todos os operadores para a elaboração da EDL, esperando ter dados concretos para responder a estes indicadores nessa altura.

No que se refere aos visitantes, pretendemos também, junto dos Municípios, Parque Natural do Alvão e operadores de animação turística, obter dados que nos permitam partir de uma base real aquando da elaboração da EDL.

# Processo de Envolvimento com as Comunidades Locais

## F.1. Participação dos parceiros na elaboração e execução da EDL

A base da elaboração da presente estratégia assenta, em primeiro lugar, no trabalho desenvolvido pela Probasto ao longo dos últimos 24 anos de existência, em que levou a cabo uma colaboração estreita com os seus parceiros e agentes locais, promovendo o surgimento de iniciativas e redes de cumplicidades baseadas no envolvimento e participação de entidades públicas e privadas, em torno do nome “Basto”. O trabalho desenvolvido permite à Probasto ter um conhecimento profundo da realidade socioeconómica dos quatro municípios, quer por via da rede institucional estabelecida, quer por via do trabalho de animação territorial desenvolvido no terreno, quer, ainda, pelo conhecimento proveniente da gestão do PRODER que implica, necessariamente, o contato com os principais agentes locais.

Reconhecida a importância da existência de massa crítica em torno das questões fundamentais do desenvolvimento de um território; a par da necessidade de envolvimento real e concreto dos agentes locais mais representativos, identificou-se a oportunidade de alargamento da parceria, com consequente ampliação da sua representatividade setorial, como forma a garantir uma melhor conceção e implementação da estratégia.

Assim, no momento, a Parceria Terras de Basto abrange áreas diversificadas, designadamente: sector público (quatro municípios e Centro de Formação), sector empresarial local (uma empresa municipal), sector social (IPSS e outras associações equiparadas), sector desportivo e cultural (associações culturais e desportiva), sector agrícola (associações de agricultores e cooperativas agrícolas), sector de seguros, sector financeiro, sector do turismo (empresa de animação turística e agência de viagens), formação profissional, entre outras. O **anexo 9** carateriza todas as entidades parceiras, no que respeita ao seu âmbito de atuação, bem como às principais atividades desenvolvias no território.

As entidades que constituem a parceria tiveram, nesta fase de preparação da macro estratégia, um papel importante no sentido de contribuírem, técnica e institucionalmente, para a elaboração do diagnóstico, bem como para a conceção das linhas orientadoras e definição dos objetivos estratégicos. Todas as entidades validaram a Visão preconizada para o território para os próximos anos. Este trabalho foi produzido durante os encontros promovidos e as reuniões formais realizadas, nas quais todos os documentos foram validados, tendo culminado na assinatura do Acordo de Parceria Territorial - Terras de Basto 2014-2020.

A este propósito é, também, importante referir as parcerias que a Probasto mantém com outras entidades de territórios vizinhos, através das quais tem desenvolvido atividades no terreno, nomeadamente fóruns e reuniões locais e regionais com os agentes do território, a exemplo da recente candidatura de revalidação da Carta Europeia de Turismo Sustentável para as áreas protegidas do Norte de Portugal- que inclui o Parque Natural do Alvão. Este projeto é promovido pela Associação Parques Com Vida da qual a Probasto foi fundadora, integra a Direção e faz, simultaneamente, parte da equipa técnica e do Fórum permanente da CETs Alvão. Destes fóruns e reuniões (que incluíram, para além dos agentes do território, outros externos ao mesmo, designadamente a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, o ICN, a DRAP Norte, UTAD, QUERCUS) resultaram contributos importantes para a definição e desenvolvimento da estratégia que ora se apresenta.

Igualmente importante para a elaboração do diagnóstico e construção da estratégia, foram os contributos provenientes do contato direto com potenciais promotores de projetos que, reiteradamente, procuram a Probasto para apresentar as suas ideias de negócio; assim como o feed back dos beneficiários de projetos em execução.

Deste modo, foi possível obter contributos que resultaram na formulação do diagnóstico e da macro estratégia da presente candidatura, culminando com a validação da candidatura junto da parceria, em reunião da Assembleia Geral, realizada no dia 9 de fevereiro de 2015.

Sem prejuízo do trabalho de parceria já realizado até ao momento, a fase subsequente à apresentação da macro estratégia implicará, necessariamente, abrir o debate e a discussão do futuro das Terras de Basto à população em geral, através de mecanismos de comunicação que permitam a partilha de informação, em simultâneo com a gestão das expectativas normalmente associadas.

Com efeito, nenhuma estratégia territorial pode ser desenvolvida sem que a população nela seja integrada. Para isso, mais uma vez, será fundamental a utilização dos parceiros como veículos privilegiados de aproximação às comunidades, sendo que a existência de parceiros públicos e privados enriquece, favorece e facilita este desígnio.

Assim, encontra-se já delineado um plano de sessões púbicas de apresentação e discussão da estratégia e respetivo Plano de Ação nas sedes dos quatro concelhos (Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena) bem como nas freguesias mais populosas, designadamente: Cavez, Arco de Baúlhe e Riodouro em Cabeceiras de Basto; Fermil de Basto, Mota e Gandarela de Basto em Celorico de Basto; Atei e Bilhó em Mondim de Basto e Salvador e Cerva em Ribeira de Pena. Simultaneamente, estão previstas Wokshops temáticos direcionados a grupos/setores específicos, nas áreas da animação turística, alojamento, restauração, agricultura, produtores de mel, donas de casa, jovens empreendedores, entre outros. Para tal, conta-se, naturalmente, com a colaboração dos parceiros de forma a capitalizar o conhecimento e experiência específicos.

## F.2.Organização da parceria para assegurar as atividades de animação e acompanhamento da EDL

No âmbito da operacionalização da estratégia, é fundamental garantir a respetiva animação e monitorização, dando e recebendo feed back aos parceiros e à comunidade.

Assim, o Órgão de Gestão, onde todos os parceiros têm assento, realizará a supervisão geral, o acompanhamento e a orientação estratégica da EDL, através da apresentação e debate dos pontos de situação atualizados sobre a execução global da EDL, o cumprimento dos objetivos estratégicos e das metas definidas, competindo-lhe, entre outras:

* A execução da EDL;
* A apresentação dos relatórios de execução da EDL;
* A avaliação dos progressos verificados no sentido da realização dos objetivos e metas definidas na EDL;

Para além destas competências, o **Órgão de Gestão**, assumirá ainda a responsabilidade de operacionalizar e orientar a equipa técnica para a dinamização das atividades de acompanhamento e animação da EDL, competindo-lhe, entre outras, as seguintes funções:

* Garantir a dinamização e gestão da EDL;
* Aprovar o “Manual de Procedimentos” proposto pela equipa técnica, garantindo que o mesmo incorpora as orientações técnicas das autoridades de gestão dos fundos de financiamento da EDL;
* Definir os critérios de seleção a aplicar às candidaturas apresentadas em conformidade com os respetivos regulamentos de aplicação, e em coerência com os objetivos e metas definidos na EDL;
* Decidir sobre os pedidos de apoio apresentados, após a verificação dos critérios de elegibilidade e de seleção, quando aplicáveis, da verificação das condicionantes pré-contratuais e da verificação dos demais requisitos exigidos pela legislação comunitária e nacional aplicável, de acordo com as normas de procedimento;
* Analisar as propostas dos avisos de abertura de concursos, definindo as tipologias de investimento ou ações a financiar em função da execução da EDL, e submetê-las à aprovação das entidades competentes;
* Assegurar a organização do processo de validação dos documentos de suporte à tomada de decisões;
* Exercer funções de acompanhamento e controlo das operações financiadas no âmbito da EDL;
* Aprovar os relatórios de execução da EDL.

A **Equipa Técnica Local**, a quem compete, numa primeira instância, desenvolver o processo de animação da estratégia, que deve ser contínuo de forma a garantir o sucesso da implementação da estratégia DLBC. A esta Equipa Técnica e em particular ao seu Coordenador compete ainda:

* Participar nas reuniões do Órgão de Gestão;
* Garantir o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à gestão na sua componente técnica e operacional, de forma a dar cumprimento às orientações e decisões emitidas pelo Órgão de Gestão;
* Garantir cumprimento de todos os procedimentos técnicos necessários à divulgação, análise e acompanhamento e controlo das operações;
* Assegurar o princípio da segregação de funções;
* Validar os Pareceres Técnicos e respetiva apresentação ao Órgão de Gestão;
* Assegurar a concretização das atividades de cooperação.
* Elaborar o «Manual de Procedimentos» relativo ao processo de apresentação e análise dos pedidos de apoio, dos pedidos de pagamento, acompanhamento e execução das operações, de acordo com as orientações técnicas que vierem a ser emanadas pela tutela e submetê-lo à aprovação do Órgão de Gestão;
* Elaborar as propostas dos avisos de abertura de concurso definindo as tipologias de investimento ou ações a financiar em função da execução da ELD, e submetê-las à aprovação do Órgão de Gestão;
* Emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito das candidaturas apresentadas;
* Analisar os pedidos de pagamento em função da verificação da elegibilidade e regularidade das despesas, dos controlos administrativos adequados;
* Preparar os relatórios de execução e submete-los ao Órgão de Gestão;
* Realizar visitas às operações objeto de apoio, com o objetivo de verificar a realização da execução das mesmas.

## F.3. Ações e instrumentos previstos para o acompanhamento e avaliação da EDL

Para o acompanhamento da EDL, a Probasto disporá de um conjunto de documentos, designadamente:

* Manual de procedimentos, que estabelece os princípios e regras de funcionamento que o GAL;
* Regulamentos específicos das medidas e ações que compõem o plano de ação da EDL;
* Mapas de controlo de projeto, onde constam os dados da execução do investimento e respetiva comparticipação, o investimento a realizar, prazos de apresentação dos pedidos de pagamento;
* Quadros de execução dos projetos aprovados, com indicação do investimento realizado e correspondente comparticipação, no sentido de avaliar o nível de execução global da EDL;
* Pareceres técnicos relativos a pedidos de alteração ao projeto;
* Relatórios de controlo in loco das operações;
* Relatórios Finais de execução.

Para efeitos da avaliação da estratégia, a Probasto dispõe de dois mecanismos essenciais: por um lado, a realização de inquéritos com vista a aferir, entre outros aspetos, a eficácia do processo de divulgação e comunicação; e por outro, o acompanhamento dos projetos de forma sistemática que possibilitará a correção de eventuais fatores críticos, no sentido de, continuamente, se assegurar a concordância dos objetivos com a estratégia.

Em termos globais o processo de acompanhamento e o resultado da avaliação darão origem a relatórios periódicos que serão alvo de apreciação pela parceria.

## F.4. Ações de animação e promoção do território e meios para publicitação da EDL

A Probasto procederá à animação do território através do trabalho em rede entre os diferentes parceiros de forma a garantir a articulação e a coordenação de iniciativas. Para o efeito, dinamizará um conjunto de ações de formação e aquisição de competências para a equipa técnica e para os parceiros, de forma a permitir uma maior capacitação.

O papel da cooperação com outros GAL é também importante e fundamental para o desenvolvimento de ações comuns com o objetivo de promover a qualificação dos territórios rurais.

De salientar ainda a necessidade de se reforçar o envolvimento das comunidades locais, o que nos remete para a necessidade de um Plano de Comunicação que sistematize os principais meios de publicitação e de transmissão de informação.

**Plano de Comunicação:**

Torna-se necessário a execução de um plano de comunicação abrangente e que envolva os diferentes públicos-alvo de forma clara e objetiva.

Assim, de seguida, são discriminadas todas as ações a desenvolver no âmbito da comunicação da estratégia, ao longo dos vários momentos: conceção, desenvolvimento e avaliação:

* Edição de brochura informativa que deverá conter informação acerca dos objetivos estratégicos; apresentação das medidas e ações que constituem a estratégia, tipologia de projetos e beneficiários, nível e limite das ajudas, despesas elegíveis e plano financeiro. A sua distribuição será efetuada diretamente pela Probasto e pelos parceiros, junto da população em geral, mas sobretudo nas empresas, associações e organismos da administração local;
* Disponibilização de informação no site da Probasto e dos seus parceiros (nestes últimos via links direcionados para o site da Probasto);
* Realização de sessões de esclarecimento e informação dirigidas a públicos-alvo específicos. Estas ações serão divulgadas na comunicação social local, nos sites da Probasto e dos seus parceiros ou através de convites dirigidos a sectores específicos;
* Participação em iniciativas de animação local, nomeadamente feiras e mostras;
* Atendimento direto na Probasto pela equipa técnica e coordenação;
* Reuniões periódicas presenciais com todos os parceiros;
* Utilização de emails institucionais como forma de divulgação de informações oficiais entre parceiros;
* Comunicações de “Follow up” – no seguimento de reuniões e sessões realizadas serão sempre redigidas atas que serão enviadas para todos, cujos conteúdos poderão ser tornados públicos;
* Clipping – constituição de um arquivo das notícias/atas que vão sendo publicadas nos media relativas à divulgação das atividade da Probasto e às medidas que foram sendo tomadas. O arquivo poderá ser disponibilizado na página web da Probasto.

O quadro seguinte sistematiza as ações de comunicação por objetivo, tendo em conta o público alvo e os meios necessários.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ação/iniciativa** | **Objetivo** | **Meios utilizados** | **Público-alvo** |
| Reuniões de parceria | Discussão, acompanhamento, avaliação da estratégia | Reuniões presenciais | Todos os parceiros da Probasto |
| Sessões de informação e sensibilização | Informação/esclarecimento | Sessões públicas nos 4 concelhos e sedes de freguesias mais populosas | Parceiros da Probasto  População em geral  Potenciais beneficiários de projetos- privados e coletivos |
| Divulgação de atividades/programas (flyers)/Press releases | Informação/sensibilização | Internet  Brochuras  Meios de comunicação  Infomail | Parceiros da Probasto  População em geral |
| Comunicações de follow-up | Feedback/informação | Ofícios  Correio eletrónico | Parceiros da Probasto  Potenciais beneficiários de projetos- privados e coletivos |
| Atendimento direto | Informação/esclarecimento | Marcações atendimento direto | Público em geral |
| Participação em iniciativas de animação | Presença em feiras e mostras | Placards  Roll-ups  Displays  Cartazes temáticos | Público em geral |
| Destaques em website da Probasto e newsletters | Informação | Correio eletrónico  Internet | Parceiros da Probasto  Potenciais beneficiários  Público em geral Potenciais beneficiários de projetos- privados e coletivos |
| Clipping | Arquivo de notícias | Media  Internet | ETL  Público em geral |
| Avaliação da aplicação do programa | Feedback | Inquéritos de satisfação | Potenciais beneficiários |
|  |  |  |  |

**Tempo de Execução:**

Prevê-se que o plano de comunicação se desenvolva durante o período 2015 - 2020.

**Resultados esperados:**

1. Indicadores de Realização
   * Produção de brochuras
   * Número de Press Releases emitidos
   * Infomail (via ctt) – para alvos/target específicos
   * Clipping
   * Reuniões executadas; nº de participantes em média
2. Indicadores de Resultados
   * N.º de destinatários atingidos tendo em conta os meios de comunicação que divulgaram as iniciativas
   * Nº de projetos submetidos
   * Tomada de conhecimento independentemente do interesse/não interesse no projeto.
   * Inquérito de medição de resultados – meios que permitiram o conhecimento do projeto (em locais de reunião).